

SECRETÁRIA DA FAMÍLIA APRESENTA AÇÕES NA CSSF



A CSSF, presidida pelo deputado Antonio Brito (PSD-BA), recebeu a secretária de Família, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ângela Gandra, que veio apresentar as ações da Secretaria para destacar a importância da família na sociedade.

Ângela falou do programa Reconecte que consiste em ações de promoção do uso inteligente da tecnologia. “São vídeos de especialistas, cartilhas e cursos, materiais publicitários e eventos destinados a educadores e famílias, como por exemplo o ‘Desafio Detox Digital Brasil’ que pro-

põe atividades em família sem o uso de tecnologias”.

Já o programa Famílias Fortes será lançado nas cinco cidades mais violentas do País. “Queremos fortalecer os vínculos familiares através de aulas para pais e filhos, separadamente, que com isso poderão perceber seus desafios familiares. Essa proposta combate a evasão escolar e visa a diminuição do consumo de álcool e drogas”, informou a secretária.

O Selo Empresa Amiga da Família vai fomentar a adoção voluntária de práticas organizacionais familiarmente responsáveis. “Não queremos

impor nada. Queremos apenas que as empresas pensem se estão sendo justas com os funcionários. Queremos que elas saibam que as pessoas precisam estar felizes, que são pessoas que voltam para suas casas todos os dias e que têm vida familiar”.

A campanha Acolha a Vida vai atuar na conscientização e disseminação de informações para prevenção da automutilação e suicídio. Para isso, haverá site com materiais de conscientização sobre o tema, eventos, cursos para famílias e educadores, líderes comunitários e religiosos, profissionais da saúde, segurança e assistência social. Foi veiculado um vídeo de lançamento da campanha durante a reunião da comissão.

“Gostaria de deixar registrada a fala dos nossos deputados sobre a corrente positiva de prevenção ao suicídio, que é um problema que existe inclusive entre os profissionais de saúde. Eles precisam ser capacitados para lidar com a situação”, finalizou o deputado Antonio Brito, agradecendo a presença da secretária na CSSF.

ANOMALIAS CRANIOFACIAIS, FISSURA LABIOPALATINA E FENDA PALATINA

Esse foi o tema do Seminário, fruto de requerimento da deputada federal Carmen Zanotto (Cidadania-SC) e realizada em conjunto com a Comissão de Pessoas com Deficiência. O deputado Zacharias Calil (DEM-GO) também participou das discussões.

Thyago Cezar, presidente da Rede Nacional de Associações de Pais e Pessoas com Fissura Labiopalatina falou da anomalia. “Não temos as notificações corretas, mas estima-se que são 350 mil crianças fissuradas. Precisamos pensar em políticas para as famílias. Não há centros de tratamento suficientes e os que existem são mal distribuídos.”

Flávia Martinez de Carvalho, representante da FioCruz, disse que é preciso codificar as anomalias corretamente na CID. “Uma tentativa de

reduzir a subnotificação seria o aperfeiçoamento no processo de codificação e digitação de anomalias em nível municipal e estadual.”

Luiza Pannunzio, fundadora da rede Fissuradas disse que veio pelo filho. “Mas, permaneço nessa frente pela ausência do Estado. A maioria de nós começa a jornada sem acolhimento e sem informação adequada.” Fabiana Navarro, advogada, é também uma das fundadoras da Fissuradas. “Já temos todo o arcabouço legal para acessar o atendimento, mas, ele não acontece.”

O conselheiro da ONG Operação Sorriso, Paulo Mayon disse que tentaram fazer parcerias com municípios pedindo em contrapartida que houvesse atendimento ambulatorial para os pacientes. “Mas, com as constantes



mudanças na política, não conseguimos. Fizemos muitas cirurgias, mas, não foi suficiente. A sensação é de enxugar gelo.”

Eduardo de Sousa, do Ministério da Saúde, disse que hospitais do SUS devem ter habilitação para tratar essas crianças. “A maioria dos hospitais têm atendimento ambulatorial, mas não tem cirurgia. Ou seja, não é completo como deveria ser”.

AUDIÊNCIA DISCUTE PROJETOS RELACIONADOS À EAD

O deputado Zacharias Calil (DEM-GO) reuniu especialistas para discutir dois projetos de lei em tramitação na CSSF: PL 1.549/19 apensado ao PL 1.171/19, ambos que tratam de educação à distância (EAD) na área da saúde.

Marcos Heleno de Oliveira, diretor de Política Regulatória no Ministério da Saúde, lembrou que no Plano Nacional de Educação, na parte que se refere ao EAD, a primeira meta foi aumentar a quantidade de alunos matriculados. “Entendemos que o curso superior, no Brasil, é um diferencial no mercado de trabalho. Por isso essa meta. E os dados mostram que mais de oito milhões de jovens têm segundo grau completo e ainda não estão matriculados em curso superior.”

João Carlos Correia, presidente da



Foto: Cláudio Araújo

Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, defendeu que aprender cursos de engenharia e saúde à distância não funciona. “O Brasil é campeão mundial de acidentes na construção civil. Vamos entregar ao CNE a proposta de uma nova diretriz para EAD, formulada por profissionais, alunos, professores e especialistas. Estamos preocupados com

novas modalidades surgindo, como as aulas semipresenciais. Não somos contra o EAD, mas precisamos ter interação verdadeira nos cursos.”

Pedro Assad, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal, disse que o órgão já se posicionou contrário a educação 100% a distância. “Não há como aferir a qualidade do curso, não há suporte técnico, operacional e de infraestrutura para realização de aulas não presenciais, os equipamentos não são suficientes para o desenvolvimento das habilidades dos graduandos e é necessário que haja atividades práticas”. Ele informou que há professores não graduados dando aulas e que há salas superlotados nos dias de atividades presenciais.

MINISTÉRIO APRESENTA CARTEIRA DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

O deputado Alexandre Padilha (PT-SP) é autor de requerimento de audiência pública para discutir a Carteira de Serviço da Atenção Primária em saúde. O encontro reuniu seis especialistas para discutir o tema.

“Metade da população mais pobre do Brasil não está cadastrada no Sistema de Atenção Primária (SAP). Acabam acessando o SUS pela outra porta de entrada que é de urgência e emergência. Como a maior parte dos agravos são de doenças crônicas, os atendimentos são recorrentes, o que gera um custo alto para o setor”, explicou Erno Harzhein, secretário da Atenção primária do Ministério da Saúde. Ele falou sobre financiamento de programas e os comparou com sistemas de outros países. Propôs também mudanças no financiamento do SAP.

A representante do Conass, Maria Evangelista, falou sobre a Planificação de Atenção à Saúde desenvolvido há dez anos pelo Conselho, que tem como meta a organização da SAP. “Estamos em 51 regiões de saúde, que envolve 903 municípios e 95 mil trabalhadores da saúde. Estamos vendo uma evolução da atenção primária, um crescimento bom, mas, desordenado. Temos que reconhecer que precisamos trabalhar muito. Para a lógica



Foto: Cláudio Araújo

de rede de atendimento, o modelo de financiamento de hoje é ruim.”

Rosa Maria Serpa, presidente da Associação Brasileira de Enfermagem e professora, disse que a Carteira de Serviços da Atenção Primária é superficial e não toca em conceitos básicos da saúde coletiva. “A saúde vai muito além do bem-estar físico das pessoas. O trabalho na saúde vai além da clínica. A carteira está centrada nos aspectos biológicos do ser humano e não fala sobre a questão social e de saúde coletiva”. Rosa falou sobre os termos usados na carteira e sobre os conceitos de integralidade.

Já Carla Marques, representante do Conselho Federal de Enfermagem, disse que é preciso rever os protocolos de enfermagem. “É nesse momento que chega a carteira, com algumas boas propostas. Mas, ainda há defi-

ciência no quesito atributos, como orientação familiar e comunitário. A enfermagem faz o principal atendimento na atenção primária e sabemos que podemos melhorar a carteira. Temos, por exemplo, um olhar diferente sobre as ações de prevenção.”

Shirley Marshall, do CNS, disse que é preciso resgatar o que é saúde pública e cobertura universal. “A saúde para todos é um sistema integral. É o que está na nossa Constituição. A atenção primária é a porta de entrada, tem que englobar inclusive doenças raras. A verdade sobre o atendimento não está na carteira. A população negra e LGBT não está refletida na carteira. A Carteira resume saúde como ausência de doenças. E saúde vai muito além. Queremos participar da formulação das políticas públicas. O CNS diz não a essa carteira.”

EXPEDIENTE

Presidente
Dep. Antônio Brito

2º Vice-Presidente
Dep. Marx Beltrão

Secretário:
Rubens Carneiro Filho

Edição:
Maria Carolina

1º Vice-Presidente
Dep. Alexandre Serfotis

3º Vice-Presidente
Dep. Misael Varela

Redação:
Manu Nunes

Diagramação:
Jorge Ribeiro

[f](#) @seguridade.CD

[t](#) @Cssf_seguridade

cssf@camara.leg.br

www.camara.leg.br